



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - REALIZADA NO DIA 07 DE MARÇO DE 2024

No dia sete de março de dois mil e vinte e quatro, na modalidade híbrida, via Plataforma Teams, foi realizada a Primeira Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti).

Estiveram presentes na reunião, os seguintes membros: **Representantes do Governo Federal:** Roberto Padilha Guimarães, coordenador e representante titular do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ana Carla Costa Rocha e Antônio José Albuquerque Neto Mancuzo, representantes titular e suplente respectivamente do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); José Fernando da Silva, representante titular do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH); Duílio Mocelin Cardoso, representante titular do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Anne Caroline Luz Grudtner da Silva e Maria Augusta Rodrigues Gomes, representantes titular e suplente respectivamente do Ministério da Saúde (MS).

Representantes dos Trabalhadores: Telma Maria Cardia e Iara Alvarenga Freire, representantes titular e suplente respectivamente da União Geral dos Trabalhadores (UGT); Leandra Cintia Alves Perpétuo, representante suplente da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Jéssica Marques de Rezende, representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).

Representantes dos Empregadores: Alessandra Dias da Cruz, representante titular da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Raíssa Macedo Lacerda Osorio e Magno da Silva Correia, representantes titular e suplente respectivamente da Confederação Nacional do Transporte (CNT); Lucas Marinho Lima, representante suplente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI); Joicy Damares Pereira, representante titular da Confederação Nacional da Saúde (CNSaude); Bruno da Silva Vasconcelos, representante suplente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Representante do Sistema de Justiça: Luísa Carvalho Rodrigues, representante titular do

Ministério Público do Trabalho (MPT); **Representantes da Sociedade Civil Organizada:** Antônio Roberto Silva Pasin, representante suplente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda); Katerina Volcov, representante titular do Fórum Nacional de Prevenção e

29 Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI); **Convidados Permanentes:** Maria Claudia Falcão e Erik
30 Ferraz, representantes da Organização Internacional do Trabalho - OIT. **Especialistas convidados:**
31 Ana Beatriz do Amaral Cid Ornelas, representante do Tribunal Superior do Trabalho (TST); Bruna
32 Bacelar, representante da Polícia Rodoviária Federal (PRF); Luís Fabiano de Assis, Procurador do
33 Ministério Público do Trabalho. **Adolescentes e Jovens Convidados:** Willian Eleutério Azevedo dos
34 Santos, representante do Comitê de Participação Adolescentes do Conanda; Vívian Rossane Silva
35 Guedes Siqueira, representante da Rede de Adolescentes e jovens do FNPETI.

36 **Abertura:** O Sr. Roberto Padilha Guimarães iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e
37 apresentou como pauta, os seguintes itens: 1. Abertura; 2. Apresentação e aprovação de agenda; 3.
38 Ponto de controle GT Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; 4. Ponto de
39 controle do GT Fluxo Nacional de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho
40 Infantil; 5. Aprovação da ata de reunião ocorrida no dia 15/08/2023; 6. Debate sobre os dados da
41 PNAD 2022 sobre o trabalho infantil no Brasil; 7. Proposta de elaboração de recomendação sobre
42 criação e funcionamento de comissões estaduais de erradicação do trabalho infantil; 8. Proposta
43 sobre elaboração de um documento geral sobre as políticas públicas voltadas para a erradicação do
44 trabalho infantil no Brasil; e, 9. Informes finais.

45 O Sr. Roberto Padilha Guimarães fez destaque para uma pequena alteração na agenda do dia, que
46 trata de acréscimo na pauta, como item final de discussão, a apresentação do sistema Monitora 8.7,
47 que será realizada pelo Sr. Luís Fabiano de Assis, Procurador do Ministério Público do Trabalho. A
48 ideia é de que esse sistema sirva como instrumento de monitoramento para o Plano Nacional que
49 está sendo elaborado, pois será fundamental para o acompanhamento da execução de atividades
50 relacionadas ao enfrentamento de trabalho infantil. Em seguida, perguntou se há alguma questão
51 com relação à agenda do dia. Como ninguém se manifestou, ele comentou que, para os que estão
52 no modo on-line, quando forem fazer alguma manifestação, que façam o sinal de levantar a mão na
53 plataforma Teams e, para os que estão na reunião presencial, é só sinalizar que ele irá anotar as
54 inscrições. Solicitou que, se possível, as intervenções sejam de no máximo cinco minutos para poder
55 dar oportunidade para todos e todas falarem. Em seguida, informou que é tradição nas reuniões da
56 Conaeti tratarem, como primeiro ponto de pauta, o ponto de controle do andamento dos dois
57 grupos de trabalho: o Grupo de Trabalho do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e o
58 Grupo de Trabalho do Fluxo Nacional. Solicitou que a Sra. Ana Carla Costa Rocha faça uma breve
59 apresentação sobre o que é fluxo e o que se pretende com ele para os membros que estão chegando
60 recentemente à Conaeti se integrem ao assunto.

61 A Sra. Ana Carla Costa Rocha, Coordenadora Geral das Medidas Socioeducativas e Programas
62 Intersetoriais, que abarca o trabalho infantil, o trabalho escravo e o tráfico de pessoas da Secretaria
63 Nacional de Assistência Social, explicou que estão liderando o fluxo do trabalho infantil e fez uma
64 breve explanação sobre o fluxo de trabalho e enfrentamento, indicando que já foram realizados
65 alguns encontros e que já está em fase de organização o 6º encontro. Ressaltou que, nessas
66 reuniões, há debate sobre possível estabelecimento de papéis e responsabilidades desde a
67 identificação até o atendimento da criança ou adolescente que se encontram em situação de
68 exploração do trabalho infantil. Destacou que já foram ouvidos, através do Ministério dos Direitos
69 Humanos e Cidadania, o DISQUE 100 e o Conselho Tutelar; e através do Ministério do Trabalho, a
70 Secretaria responsável pela Aprendizagem e que também apresentaram o SUAS (Sistema Único de
71 Assistência Social). Falou que, no próximo encontro, serão apresentados dois serviços do SUAS: 1.
72 Serviço de abordagem social; e, 2. Serviço de convivência e fortalecimento dos vínculos. Relatou que
73 o Conselho Nacional dos Procuradores, em decorrência de documento encaminhado pelo MDHC
74 onde se estabelece o fluxo em 2022, e que há algumas questões a serem debatidas. O Conanda, na
75 pessoa do Sr. Antônio Roberto Silva Pasin, que se encontra nesta reunião, já que, no fluxo do Disque
76 100, um dos encaminhamentos é para os conselhos estaduais e municipais de direitos da criança e
77 do adolescente. O Ministério Público, na pessoa da Dra. Luciana. Explicou que o grupo também
78 demandou a presença da segurança pública e eles disseram que não há especificamente um setor
79 responsável pela pauta do trabalho infantil. O Fórum Nacional dos Conselhos Tutelares também foi
80 convidado, mas até o momento não recebeu resposta. Nos encontros que já aconteceram, enfatizou
81 que há debates sobre desafios, possibilidades de fluxos e que houve a percepção de algumas lacunas
82 de quem vai atuar em determinadas situações. Em seguida, ela perguntou ao Sr. Antônio Roberto
83 Silva Pasin se teria algo mais a acrescentar sobre o debate do fluxo.

84 O Sr. Roberto Padilha Guimarães perguntou quando será a próxima reunião do Grupo de Trabalho
85 do Fluxo Nacional.

86 A Sra. Ana Carla Costa Rocha respondeu que será no dia 13 de março, às 14h, em formato on-line,
87 via plataforma Teams, que o *link* foi encaminhado para o grupo do GT e que também será
88 encaminhado e-mail com todas as informações a todos os convidados. Observou que também
89 convidaram o Congemas e Fonseas para participarem como ouvintes já pensando nas próximas
90 articulações a nível estadual e municipal.

91 O Sr. Roberto Padilha Guimarães explicou que, nas primeiras reuniões da Conaeti, foram definidas
92 as prioridades que são o Fluxo e o Plano Nacional. O Fluxo foi inspirado, de certa forma, no Fluxo de
93 atendimento às vítimas do trabalho escravo e tem por objetivo ser modulado para crianças e

94 adolescentes identificados em situação de trabalho infantil. O Fluxo tem por objetivo a conexão das
95 políticas de maneira a tornar mais eficiente o trabalho de todos. Em seguida, comentou sobre o
96 outro grupo de trabalho, que trata do Plano Nacional, que debateram alguns pontos e que a decisão
97 de fazerem as reuniões presenciais foi acertada porque os dois dias em que ficaram juntos em
98 reuniões presenciais foram muito produtivos. Explicou que já possuem uma proposta de estrutura
99 e que estão em um debate mais avançado sobre uma nova definição de trabalho infantil e que
100 avançaram também no ponto sobre os eixos estratégicos para o novo Plano e que a ideia do grupo
101 de trabalho é trazer algo novo, uma nova estrutura, pois notaram que os últimos três planos têm
102 trazido sempre os mesmos eixos. Disse que farão reuniões tanto on-line, quanto presenciais e que
103 a presencial provavelmente ocorrerá em abril e que, antes disso, terão uma reunião on-line para
104 fecharem as questões de definição.

105 O Sr. José Fernando da Silva, da Coordenação Geral de Enfrentamento ao Trabalho Infantil da
106 Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, comentou ser a sua primeira reunião
107 na Conaeti e que tem acompanhado as reuniões do fluxo e solicitou o calendário das reuniões do
108 Grupo de Trabalho de elaboração do Plano Nacional e o que já foi produzido pelo grupo, pois tem
109 interesse em participar e contribuir nos debates.

110 O Sr. Roberto Padilha Guimarães deu resposta positiva à solicitação do partícipe indicando que irá
111 providenciar e lhe enviar os documentos para acompanhamento. Em seguida, ele retomou a pauta
112 e explicou que houve alguns contratempos com a elaboração das atas das reuniões anteriores, mas
113 que estão resolvendo a questão e disse que foi encaminhada a ata da 2º reunião ordinária que
114 ocorreu no dia 15 de agosto de 2023, e perguntou se alguém tem algum comentário a fazer sobre
115 ela. Como não houve manifestações, deu por aprovada a ata da reunião ordinária ocorrida no dia
116 15 de agosto de 2023 e disse que gostaria de aproveitar também a oportunidade para dizer que
117 estão trabalhando para a melhoria do *site* com informações sobre os trabalhos desenvolvidos pela
118 Conaeti. Comentou que foram disponibilizadas as atas das reuniões da Conaeti e que está acessível
119 a todo o público, os planos nacionais, tanto os anteriores quanto o atual, os normativos, como o
120 Decreto de constituição da Conaeti, e que assim que o *site* estiver pronto, informarão o endereço e
121 disse que contribuições serão bem-vindas para deixá-lo mais completo. Informou que o *site* está em
122 fase final de desenvolvimento e que estará pronto no máximo no início do mês que vem. Em seguida,
123 passou para o próximo item da pauta, que trata da abordagem dos dados da PNAD 2022, coletados
124 pelo IBGE, que demonstrou aumento do trabalho infantil e que o ano de 2016 foi outro ano em que
125 se identificou um aumento, ou seja, é o segundo ano na história em que houve um aumento
126 significativo do trabalho infantil no Brasil. Explicou que o seu desejo era de que houvesse um

127 representante do IBGE presente na reunião, mas não conseguiram a designação de alguém do IBGE
128 para participar da reunião. Concluiu dizendo que, de qualquer maneira, é uma oportunidade para
129 debaterem um pouco sobre esses dados e o que poderiam fazer enquanto Comissão Nacional.

130 A Sra. Katerina Volcov, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil,
131 cumprimentou todos os presentes na reunião e disse que gostaria de fazer uma proposta de
132 reflexão, pensando com relação ao grupo de trabalho do Plano e os dados da PNAD. Disse que o
133 FNPETI vai apresentar os dados por estado e por região em junho de 2024, com auxílio do consultor
134 técnico e com algumas modificações a partir das notas técnicas do IBGE dessa última PNAD, os
135 números de 2016, 2017 e de 2019 terão alterações e esse documento não está pronto. Sugeriu uma
136 discussão sobre os princípios e diretrizes para o IV Plano Nacional de Erradicação do Trabalho
137 Infantil, pois a discussão dos dados da PNAD pode ser realizada em outro momento, e com a
138 presença de algum representante do IBGE. Comentou que o plano em elaboração tem que conversar
139 com os anteriores para promoção da intersetorialidade.

140 O Sr. Roberto Padilha Guimarães indagou se a questão seriam as diretrizes ou os eixos.

141 A Sra. Katerina Volcov respondeu que sejam as diretrizes ou os princípios que vão organizar e
142 comentou, a título de exemplo, que a OIT fez uma oficina para tratar do novo plano do trabalho
143 escravo, pensando nas diretrizes e que estas também estão presentes no Plano Nacional dos Direitos
144 da Criança e do Adolescente, ou seja, seria algo nessa linha como princípios democráticos. Ressaltou
145 que estão com uma oportunidade única de fazer algo diferente, pois estão com um governo que
146 demonstra preocupação com os grupos mais vulneráveis e que quer mostrar trabalho e propôs
147 fazerem um Plano que dê conta não somente do trabalho infantil, mas que também favoreça todas
148 as crianças e adolescentes presentes em todas as regiões. Nesse sentido, poderiam usar esse tempo
149 para pensar o que entendem por diretriz e quais serão os princípios básicos do Plano.

150 A Sra. Maria Cláudia Falcão comentou que, quanto mais números tiverem, melhor, mais
151 enriquecedora fica a discussão. Ela disse que acha importante saber o que todos entendem por
152 diretriz, por eixo e que os números são importantes até mesmo para definir as diretrizes. Afirmou
153 que concorda com a proposta da Sra. Katerina Volcov e que podem discutir agora e deixar os
154 números para depois.

155 O Sr. José Fernando da Silva disse que entende que, para o Plano ter de fato efetividade, ele deverá
156 estar atrelado ao ciclo orçamentário, pois os planos, via de regra, possuem um conteúdo, uma
157 linguagem, uma periodicidade que são ignoradas pelo ciclo orçamentário e depois, ao avaliarem,
158 perceberão que não foi efetivado. Não foi efetivado porque não se transformou em PPA, LDO e LOA.
159 O PPA, que é a primeira peça, é diretriz, objetivos e metas descentralizadas e daí a importância dos

160 dados por estado. Alertou que, sem isso, ficarão com dificuldades. Exemplificou que, se o plano for
161 elaborado ainda este ano e concluído e aprovado em 2025, ele vai pegar quase o final do atual PPA,
162 e há dificuldade em desdobramento do Plano em Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária
163 Anual, por isso, trouxe ao diálogo essa reflexão sobre o ciclo orçamentário. Acrescentou que o
164 Conanda iniciou o processo de elaboração do Plano Decenal Socioeducativo e o Plano Decenal de
165 Direitos Humanos, salientando que os planos devem dialogar entre si e que o Plano Nacional para
166 Educação, em que houve a conferência, precisa olhar para as crianças e adolescentes no trabalho
167 infantil. Ele acredita que esse esforço de articulação entre ciclo orçamentário, a linguagem, o
168 conteúdo e os prazos e como implementar a perspectiva da proteção integral dos direitos humanos
169 de crianças e de adolescentes e, nesse caso específico, a prevenção e erradicação do trabalho de
170 crianças e adolescentes nas idades indicadas, mas a proteção aos aprendizes ou um trabalho
171 protegido para os adolescentes entre 16 e 17 anos.

172 O Sr. Roberto Padilha Guimarães comentou que pareceu que o Sr. José Fernando da Silva estava na
173 discussão do dia anterior sobre a vigência do Plano e destacou que a vigência dos Planos anteriores
174 não atende à política e que a ideia é uma proposta de Plano com prazo de mais ou menos dez anos,
175 com revisão a cada cinco anos, e que essa preocupação de comunicação entre os planos foi bem
176 manifestada pela Sra. Katerina Volcov na reunião do grupo de trabalho e que o ponto mencionado
177 sobre trabalho infantil no Plano Nacional para Educação é imprescindível. Sobre a proposta da Sra.
178 Katerina Volcov, destacou que sem dúvida, é um ponto que poderiam desenvolver, pois o plano
179 possui eixos temáticos e ações concretas, mas realmente, é necessário haver princípios e diretrizes
180 gerais que vão reger o plano. Em seguida, disse que gostaria de fazer um pequeno comentário:
181 aguardam ansiosos sobre os dados e o estudo que será divulgado em junho e que a divulgação por
182 estado vai ser um dos pontos altos de junho, mas que terão que ter em vista que houve dois
183 aumentos significativos: de 1.8 para 1.9 milhão de crianças e adolescentes em situação de trabalho
184 infantil e que houve aumento do trabalho infantil nas piores formas, apresentando o valor de
185 756.000 crianças e adolescentes, indicando que esse dado ainda é subestimado, porque os dados
186 da PNAD separam o trabalho das crianças em duas vertentes, a vertente da atividade econômica e
187 a vertente do próprio consumo. A PNAD usa a vertente da atividade econômica para as piores
188 formas de trabalho, mas na parte de consumo, há relevante execução de trabalhos que estão na
189 lista de piores formas de trabalho infantil e acabam não sendo contempladas nos dados PNAD, como
190 por exemplo, a produção de carvão e corte e produção de lenha. Observou que os critérios para
191 definição do que é ou não trabalho infantil devem ser trabalhados conjuntamente com o IBGE para
192 a evolução dos dados. Talvez um grupo de trabalho Conaeti com o IBGE e com participação de

193 outros. Explicou que somos muito evoluídos em dados em comparação com outros países, mas é
194 preciso avançar.

195 A Sra. Maria Claudia Falcão acrescentou que já havia a ideia de criação de um grupo de trabalho
196 junto com o IBGE para discussão de indicadores de trabalho infantil, inclusive a abordagem dos
197 afazeres domésticos, que devem ser contabilizados como trabalho infantil. Relatou que,
198 formalmente, já houve esse grupo, por portaria, e que talvez fosse relevante a recriação desse
199 grupo.

200 O Sr. Roberto Padilha Guimarães enfatizou que o objetivo é justamente esse e que estão buscando
201 um contato com o IBGE para a realização desse trabalho conjunto. E sobre a questão de cuidado de
202 pessoas e os afazeres domésticos, ressaltou que é outro ponto a ser trabalhado, porque a atividade
203 também está subestimada.

204 A Sra. Maria Claudia Falcão alertou que, nesses casos, não é que estão subestimados, não são sequer
205 contabilizados.

206 O Sr. Roberto Padilha Guimarães concordou e disse que o número hoje é de 1,9 milhão e que pode
207 ser um número bem destoante da realidade.

208 A Sra. Maria Cláudia Falcão comentou que talvez sejam intervenções diferentes, pois são políticas
209 diferentes, mas que é interessante tratar da questão do cuidado agora porque está sendo debatida
210 a Política Nacional de Cuidados.

211 O Sr. José Fernando da Silva falou sobre a questão das piores formas de trabalho infantil e de não
212 contabilizarem o tráfico de drogas. Mencionou que houve estudos no início dos anos 90 em que
213 constava que o adolescente entrava para o tráfico aos quinze ou dezesseis anos e, nos anos 2.000,
214 passou para 12 anos ou 13 anos de idade e agora, foi lançada uma pesquisa de cujo seminário de
215 lançamento ele participou na semana passada em Belo Horizonte, em que consta que começam com
216 08 ou dez anos de idade. Em função disso, estão fazendo uma parceria com a Universidade Federal
217 de Minas Gerais para obtenção de um estudo nacional, pois os estudos que existem são do Rio de
218 Janeiro, de São Paulo, capital e esse agora de Belo Horizonte. A produção de dados precisa olhar
219 para isso. Esse tema é um desafio dos CREAS que atendem essas crianças e dos estados que atendem
220 semiliberdade e internação. Afirmou que querem trazer essa contribuição a partir dessa pesquisa
221 nacional que estão modelando com a Universidade Federal de Minas Gerais que fez esse trabalho
222 em Belo Horizonte. Ele afirmou que essa pode ser uma contribuição relevante e que o outro ponto
223 que gostaria de trazer é o do trabalho infantil nos lixões e a última pesquisa sobre o tema é de 1.999.
224 O Estatuto da Criança e do Adolescente possui 34 anos de existência, não faz sentido ter que
225 trabalhar com uma pesquisa de 1.999. Mencionou que, provavelmente, essa atividade também não

226 é contabilizada pelo IBGE, pois o lixão não deve ser unidade censitária no IBGE. Sugeriu que, nesse
227 diálogo com o IBGE, seria importante saberem sobre isso e que seria importante também um diálogo
228 com o Unicef e com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para que o trabalho da
229 Conaeti também possa contribuir nesse desafio de olhar para essas piores formas de trabalho
230 infantil, visíveis ou invisíveis.

231 O Sr. Roberto Padilha Guimarães concordou com o Sr. José Fernando da Silva e destacou que é um
232 ponto importantíssimo, pois o tráfico está na lista das piores formas, está no Decreto 6.481 e,
233 realmente, o trabalho invisível não aparece nos dados e que as informações são o nosso ponto de
234 partida para o desenvolvimento de políticas e se não há dados confiáveis e completos a política até
235 a alocação de recursos acabam sendo prejudicadas. E, quanto aos lixões, destacou que existe um
236 *site* denominado “Observatórios dos lixões”, que apresenta no Brasil os depósitos de resíduos que
237 são regularizados e os que não são regularizados, e que a probabilidade de haver crianças
238 trabalhando nos lixões não regularizados é grande e que esse foi um dos subsídios para uma
239 operação de fiscalização feita no ano retrasado, no Maranhão, pela Auditoria Fiscal do Trabalho.
240 Mencionou que foi uma operação em que os municípios foram responsabilizados pela situação de
241 trabalho infantil. Concluiu dizendo que é um problema real e que muitas crianças e adolescentes
242 foram encontrados nessa ação fiscal.

243 A Sra. Ana Carla Costa Rocha reforçou a ideia anteriormente citada, ressaltando que no dia de
244 lançamento da PNAD, ela fez uma intervenção dizendo que os dados não demonstram as crianças e
245 adolescentes no tráfico de drogas, na exploração sexual, no trabalho infantil doméstico, nas
246 modernas formas de trabalho infantil, como as *big techs*, no cuidado e também não aparecem as
247 crianças e adolescentes em situação de rua na exploração de trabalho infantil. Contou que, na
248 ocasião, fez um convite aos participantes para que eles compusessem a Conaeti para dialogar e
249 alinhar conceitos do que é considerado trabalho infantil no Brasil, como se encontram as piores
250 formas, as modernas formas e como os dados estatísticos não estão acompanhando as piores
251 formas ou aquilo que eles nomeiam como trabalho infantil. Também comentou que solicitaram, via
252 Ministério, os dados regionalizados, os microdados, mas eles informaram que não iriam fornecer.
253 Logo, seria importante estabelecer um diálogo com o IBGE.

254 A Sra. Katerina Volcov destacou que, como a PNAD é uma pesquisa estatística que apresenta uma
255 amostragem, fica complicado desmembrar ou regionalizar os dados e que, de fato, nesse caso, o
256 IBGE não teria como responder. Em seguida, fez referência à fala da Sra. Maria Cláudia Falcão sobre
257 a questão do cuidado e que o Brasil está muito atrasado na perspectiva de pensar o cuidado. Quando
258 se olha para a América Latina, os estudos, as políticas voltadas para mulheres, os grupos acadêmicos

259 estão muito mais avançados e não é à toa que vários países da América Latina têm os direitos
260 reprodutivos da mulher na pauta e já são um direito de fato e aqui há toda uma balbúrdia com
261 relação ao aborto, por exemplo. Mencionou que essa não é uma pauta da Conaeti, mas que é só
262 para pensar em termos de política de cuidado. Ela disse que pensa que a dimensão do cuidado pode
263 ser, por exemplo, um dos princípios ou diretrizes dentro do IV Plano. E, se forem pensar que algumas
264 crianças estão entre as mais vulneráveis, seja porque estão trabalhando nas piores formas ou pelas
265 condições concretas de existência e frisou que alguns grupos têm seus direitos violados para além
266 do trabalho infantil e a perspectiva do cuidado precisa ser colocada dentro de um olhar para os
267 próximos dez anos. Comentou que, na V Conferência do Trabalho Infantil, a perspectiva do cuidado
268 e a questão de se pensar o entorno da criança e da família já estavam sendo colocadas como um
269 norte e que ela gostaria de reforçar a importância de pensarem no cuidado como um norte do Plano
270 entre outros nortes que precisarão ser definidos em conjunto pelo grupo.

271 O Sr. Roberto Padilha Guimarães destacou que alguns países da América Latina têm serviços
272 públicos de cuidados bem amplos e bem desenvolvidos e disse que, salvo engano, o Uruguai possui
273 esse serviço.

274 A Sra. Ana Carla Costa Rocha informou que o debate de cuidados está dentro do MDS, na Secretaria
275 Nacional de Cuidados, e que foi colocado para consulta pública a Política Nacional de Cuidados, que
276 tem sido feito todo um debate e sendo articulado com a Secretaria Nacional de Assistência Social,
277 mas reforçou que esse debate deve acontecer em todos os lugares e não apenas dentro da política
278 do MDS, pois o cuidado deve ser pensado a longo prazo e deve ser fator permanente.

279 O Sr. Roberto Padilha Guimarães passou para o próximo item da pauta e disse que gostaria de trazer
280 uma ideia e que é uma questão que vai envolver o Conanda. Mencionou que a Conaeti teve todo
281 um problema no passado e que, na sua visão, ela não tem a capilaridade que, por exemplo, a
282 Conatrae tem hoje. A Conatrae, que é a Comissão Nacional de Trabalho Escravo, tem uma
283 capilaridade no sentido de trabalhar junto com os estados, através das Coetraes, ser uma estrutura
284 orgânica, com uma estrutura nacional. No trabalho infantil, não há isso. Há a Conaeti e alguns
285 estados com Comissão Estadual relacionada ao trabalho infantil. Frisou que há os Conselhos
286 Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente e que teriam que pensar em um debate, mas
287 Comissões Estaduais de Erradicação do Trabalho Infantil talvez existam aquelas que são oriundas do
288 PETI, mas do PETI mais antigo, das Competis que eram as municipais e das Cepetis que eram as
289 estaduais, ou seja, são resquícios de um passado. Comentou que é oriundo do estado do Rio Grande
290 do Sul e lá há uma Comissão Estadual que é bem atuante e que convive muito bem com o Conselho
291 Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, ambos atuam de forma paralela e, hoje, por

292 exemplo, a Comissão Estadual do Rio Grande do Sul está elaborado o seu Plano Estadual de
293 Erradicação do Trabalho Infantil e que está inspirando o Plano Nacional porque está sendo um
294 processo bem interessante e amplo. Comentou que aprovaram o Regimento Interno da Conaeti que
295 tem instrumentos diferentes que a Conaeti nunca teve até hoje: a possibilidade de recomendações
296 e de resoluções. Disse que a ideia que gostaria de trazer seria uma questão relacionada não à
297 resolução, mas a alguma ideia de recomendação que falasse um pouco sobre se seria importante
298 que os estados tivessem Comissões Estaduais de Erradicação do Trabalho Infantil, de composição
299 que seja um reflexo do que seria a Conaeti, com governo, trabalhadores, empregadores, sociedade
300 civil, sistema de justiça e se seria interessante fomentarem essa questão. Isso abriria margem para
301 a Conaeti se reunir com os estados, com as secretarias estaduais de assistência social, com as
302 superintendências regionais do trabalho etc para o fomento dessas comissões e tentar construir
303 uma estrutura parecida com a que a Conatrae e as Coetraes têm hoje. Em seguida, lança a proposta
304 a debate.

305 A Sra. Katerina Volcov comentou que vai levar essa questão para a 1º Assembleia Ordinária dos
306 Fóruns, que vai acontecer na próxima semana, para saber o que os fóruns estaduais pensam sobre
307 o assunto ou, de repente, podem marcar uma reunião, caso o tema não seja bem compreendido
308 para tratar de maneira pormenorizada.

309 A Sra. Luísa Carvalho Rodrigues, do Ministério Público do Trabalho, comentou que, na reunião do
310 Colegiado Nacional da Coordinfância do MPT, esse tema foi levado à pauta em agosto de 2023 e
311 houve aprovação do Colegiado para instituição das comissões estaduais. Logo, o posicionamento do
312 MPT é favorável à proposta.

313 O Sr. Antônio Roberto Silva Pasin, representante do Conanda, comentou que achou a ideia excelente
314 porque a ideia das comissões estaduais e municipais traz a discussão do combate ao trabalho infantil
315 mais próximo da sociedade e dos cidadãos, assim como há a estrutura do Conanda, com o Condeca
316 e o CMDCA, essa discussão precisa estar na ponta. Concluiu dizendo ser não só necessária como
317 fundamental.

318 A Sra. Maria Claudia Falcão comentou que, fazendo uma comparação com o trabalho escravo que
319 ela também acompanha, no caso do trabalho escravo não há hoje uma estrutura como o Fórum
320 Nacional com os Fóruns Estaduais e que as Comissões Estaduais funcionam muito bem porque não
321 existem os fóruns nos estados. Disse que sabe que os fóruns são diferentes das comissões, mas que,
322 para criar isso, deveria haver muita clareza sobre qual seria a função de cada um para não haver
323 sobreposição e mais trabalho. Concluiu dizendo não ser contra, mas que vale essa discussão
324 primeiro para terem clareza do papel de cada um.

325 O Sr. Roberto Padilha Guimarães concordou e disse que esse é o ponto que causa, realmente, muitas
326 dúvidas.

327 A Sra. Katerina Volcov disse que estava pensando nos Conselhos Estaduais, pois são eles que
328 aprovam os planos estaduais de erradicação do trabalho infantil. Questionou como será feita essa
329 aprovação. Indagou como será o Conselho Estadual conversando com essas comissões. Mencionou
330 que a Sra. Marta Volpi, quando representava o Conanda na Conaeti, ia levar essa discussão para o
331 Conanda e não sabe se ela chegou a levar. Perguntou ao Sr. Antônio Roberto Silva Pasin se tem
332 conhecimento sobre essa questão. Disse que está pensando nos Conselhos de Direitos Estaduais
333 porque essa tem sido a atribuição deles já posta pela legislação. Esses papéis de cada instância, seja
334 o Conselho Estadual, seja o Fórum Estadual, seja essa nova comissão e é óbvio que as
335 representações se repetem e pode gerar retrabalho ou esvaziamento de uma dessas instâncias.
336 Indagou em que medida isso fortalece os Conselhos, as Comissões e os Fóruns.

337 O Sr. Roberto Padilha Guimarães comentou que, para ele, esse tema é bem claro porque vivenciou
338 isso na prática no Rio Grande do Sul. Disse que lá não houve esvaziamento do Fórum, do Conselho
339 de Direitos e que as representações se repetem assim como ocorrem na Conaeti e que vê as
340 seguintes diferenças: no Conselho Estadual dos Direitos da Criança, não há um olhar específico para
341 a questão do trabalho infantil e, nesse ponto, discorda da Sra. Katerina Volcov e indagou quantos
342 estados possuem plano estadual de prevenção e erradicação do trabalho infantil. Ele disse que sabe
343 que o Rio Grande do Sul tem, o Ceará tem um antigo e talvez o Amapá e que não sabe se chegam a
344 dez estados, mas podem levantar essas informações. Em seguida, mencionou como funciona a
345 relação da Cepeti do Rio Grande do Sul com o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do
346 Adolescente e que o representante do Conselho Estadual, obviamente, participa da Comissão
347 Estadual e, quando esta aprova um plano, ele passa pelo Conselho de Direitos que o ratifica, mas
348 ele é elaborado pelas pessoas da Comissão Estadual que, tal como aqui, são pessoas que lidam com
349 o tema do trabalho infantil. Disse que uma vantagem da Comissão é que ela vai se preocupar com
350 fluxo de atendimento de criança e de adolescente retirados do trabalho infantil, vai pensar em um
351 plano estadual, em levar para os municípios audiências públicas. A outra vantagem é que a Comissão
352 é um órgão institucionalizado com Portaria, membros, agenda de reuniões etc. Observou que, em
353 relação ao Fórum, a Comissão não faz o mesmo trabalho que o Fórum como ações de sensibilizações,
354 mobilizações, o próprio 12 de junho. A Comissão faz parte e atua como parceira do Fórum, mas é o
355 Fórum que faz as ações. Já, as questões institucionalizadas como fluxo de ações, plano estadual,
356 audiências públicas ficam com a Comissão. Outro ponto que a Comissão Estadual no Rio Grande do
357 Sul faz é o fomento às Comissões Municipais, o que aumenta a capilaridade. Finalizou dizendo que

358 é uma experiência e que entende bem as preocupações, mas que, para ele, é bem claro, a Comissão
359 é uma instância institucional e que o papel do Fórum é o de ser o *ombudsman* da política, pois
360 quando as políticas públicas não funcionam, ele denuncia.

361 A Sra. Ana Carla Costa Rocha trouxe reflexões indicando que a constituição de comissões traz a
362 possibilidade de descentralização, porém, na realidade de alguns territórios, acaba havendo
363 sobreposição de diversas comissões e que, ao invés de haver sinergia, há rompimento. Disse que
364 terão que pensar que, se querem capilarizar o enfrentamento ao trabalho infantil, terão que olhar
365 a estrutura que está posta e se ela tem conseguido alcançar os seus objetivos. E se é possível
366 capilarizar, e como capilarizar. E Indaga se não seria importante fortalecer comissões dentro do
367 Cedica, dentro das Comissões Municipais. Mencionou que é fato que precisam capilarizar, pois não
368 é possível mais falar de enfrentamento ao trabalho infantil somente pelo nível da União, tem que
369 chegar aos estados e aos municípios. O problema é como e é sobre isso que terão que refletir.

370 O Sr. Roberto Padilha Guimarães disse que é esse exatamente o ponto. Houve um aumento do
371 trabalho infantil e hoje não há capilarização relacionada ao combate do trabalho infantil. Capilarizar
372 por meio dos Conselhos Estaduais, mas que trabalho se pode fazer dentro dos Conselhos dos
373 Direitos da Criança, será que conseguiriam ter a visão específica, com as questões do trabalho
374 infantil com o detalhamento necessário como a preocupação com o trabalho no tráfico de drogas
375 como trabalho infantil, a preocupação com a questão de povos originários e trabalho infantil,
376 trabalho artístico em plataformas digitais com exploração de crianças. São questões bem
377 específicas.

378 A Sra. Ana Carla Costa Rocha disse que trará uma responsabilidade que será da Conaeti: qualquer
379 formato que ocorra a nível estadual e municipal, haverá uma responsabilidade da Conaeti no sentido
380 de dar apoio técnico, auxiliar na organização etc.

381 O Sr. Roberto Padilha Guimarães afirmou que esse é o ponto: a Comissão trabalhar nesse sentido.

382 A Sra. Katerina Volcov comentou que gostaria de trazer vários pontos a serem pensados e que ela
383 iria falar só em termos de Fórum. Mencionou que o Fórum, nesse ano, faz trinta anos de existência
384 e que, nesses trinta anos, houve muitos avanços na erradicação do trabalho infantil. Existiam quase
385 8 milhões de crianças em situação de trabalho infantil e hoje existem 1,9 milhão. Houve avanços,
386 houve capilaridade, houve criação de fóruns, assinatura de convenções internacionais, decretos.
387 Agora, seja qual for a ação no município serão necessários recursos financeiros, e trouxe como
388 exemplo o fato de que o CREAS ou CRAS vão precisar de um técnico que atenda, e que não tenha
389 aquela alta rotatividade que é um problema muito sério nos municípios. Vão precisar que a
390 fiscalização chegue também aos municípios pequenos, para que alcancem a erradicação. Explicou

391 que a questão não é só de forma, se será Comissão ou se será Fórum, mas quanto haverá de dinheiro
392 para esse enfrentamento. Enfatizou que há uma discussão política nesse âmbito e que tudo depende
393 dos componentes e do lugar em que se está. Há uma questão de tempo e espaço com as pessoas
394 certas, na hora certa e acha que estão fazendo uma discussão de alta qualidade. Mencionou que a
395 área da infância e da adolescência é bastante complexa porque é um público que vai passar por uma
396 série de políticas, é um público transversal e que se sabe que os Conselhos Estaduais e Municipais
397 têm uma série de vícios, de problemas, assim como as Comissões Nacionais, os Conselhos Nacionais,
398 enfim, ser humano tem questões em relação ao próprio poder que está ali, é a psicologia social das
399 massas. Disse que a preocupação é que, em que medida, na criação dessas Comissões, haverá
400 enfraquecimento ou fortalecimento daquilo que existe e que se não virem como fortalecer, como
401 vão criar se não houver orçamento, pois não há como fazer milagre, seja uma estrutura “a”, “b” ou
402 “c”, o que vai ao encontro do que o Sr. José Fernando da Silva disse sobre orçamento.

403 O Sr. Roberto Padilha Guimarães comentou que não colocaria só como uma questão dinheiro, pois
404 vários municípios até tinham recursos do PETI, mas não executavam. Então, existem também
405 questões de qualificação de técnico, de fomento e que, às vezes, há dinheiro, mas há problema na
406 execução do orçamento. Há “n” problemas, que talvez exijam um trabalho muito mais amplo.

407 O Sr. José Fernando da Silva sugeriu que o grande mérito é pautar o tema de forma prioritária, e que
408 o mérito da discussão é como chegar aos estados e municípios, e como o Plano Nacional dialoga
409 com planos estaduais e municipais, sobretudo, com os municípios que têm uma incidência relevante
410 de trabalho infantil. Destacou que, em alguns estados ou municípios, há aceitação cultural do
411 trabalho infantil, porém, enfatizou que isso ocorre porque muitas vezes o Conselho Tutelar ou o
412 Conselho da Criança e do Adolescente não fazem a devida priorização do debate. Disse que a ideia
413 do debate é válida para poderem dar a capilaridade necessária, mas como fazer isso dialogar com
414 as diversas realidades estaduais e municipais. Mencionou que foi secretário de município e que a
415 sua secretaria tinha oito conselhos e não tinha sociedade civil para participar dos conselhos e que a
416 mesma pessoa participava de cinco conselhos com temas diversos e é difícil para uma pessoa
417 conhecer todos os temas. Ele disse que é preciso aprofundar esse debate para ver qual a lógica
418 dessas composições e como isso dialoga com os outros conselhos sem enfraquecê-los. Comentou
419 que se não houver a Comissão, como darão conta de que isso se torne tema prioritário porque, em
420 muitos lugares, isso não é prioridade e não porque não existe o problema, mas porque não tem
421 quem cuide com a devida atenção.

422 O Sr. Roberto Padilha Guimarães relatou que outro problema é a questão da composição. A
423 Convenção que estabelece a política pública de erradicação do trabalho infantil é a 138 e que a

424 composição da Conaeti, por exemplo, é quadripartite porque há governo, trabalhadores,
425 empregadores, sistema de justiça e sociedade civil, e indagou se há, no Conselho de Direitos da
426 Criança e do Adolescente, a representação de trabalhadores e de empregadores. Em alguns
427 conselhos, inclusive, está representando o Ministério Público do Estado e não o Ministério Público
428 do Trabalho. Concluiu dizendo que não são os mesmos atores e que essa questão de composição é
429 um tema importante.

430 O Sr. Erik Ferraz, representante da OIT - Brasil, mencionou que o Sr. Fernando José da Silva estava
431 se referindo a uma hierarquia de temas prioritários e que ele propõe uma solução para colocar em
432 uma hierarquia a importância do tema trabalho infantil. Partindo de um ponto de vista cronológico
433 de vida do ser humano e a consequência que isso traz na vida adulta dessa criança e desse
434 adolescente. Mencionou que, no tema do trabalho escravo, por exemplo, é muito comum encontrar
435 um trabalhador em situação análoga à escravidão que foi na sua infância ou adolescência um
436 trabalhador infantil. Com isso, perpetua-se esse ciclo de vulnerabilidade socioeconômica dessa
437 criança que vem de uma situação socioeconômica desfavorável, vem de uma família vulnerável e
438 ela perde anos de educação, e, na sua fase adulta, ou na transição da adolescência para a fase adulta,
439 fica muito mais vulnerável a ser aliciado para situações de trabalho análogo ao de escravo. Isso é
440 algo que, quando se vai aos municípios, muitas vezes as pessoas não entendem e é necessário
441 debater essa questão da naturalização do trabalho infantil. Isso é muito comum, as pessoas ainda
442 têm esse discurso de que é melhor estar trabalhando do que estar no mundo das drogas,
443 principalmente, em cidades maiores onde a questão do aliciamento para o tráfico de drogas é muito
444 forte. O tema do trabalho infantil quando tratado com a devida seriedade, evita uma série de outros
445 problemas lá na frente. Sem contar essa parte de saúde e de adoecimento. Comentou sobre um
446 estudo feito há anos pela OIT sob o ponto de vista da saúde da criança e do adolescente que
447 trabalham e como isso os afeta na fase de desenvolvimento para a fase adulta. É muito cruel e é
448 muito significativo.

449 A Sra. Ana Carla Costa Rocha citou que o enfrentamento ao trabalho infantil perpassa por todos os
450 sistemas de justiça e de políticas públicas. Trouxe como reflexão a rotatividade dos trabalhadores
451 do SUAS, e é preciso lembrar que quem está no CREAS atende somente situações de violência e essa
452 rotatividade também é decorrência do próprio fenômeno que ocorre por limitações do próprio ser
453 humano. Explicou que foi realizado o aporte financeiro, pois só havia recurso para treze dias e isso
454 também é uma realidade que está posta. A assistência social foi desfinanciada e desconstruída na
455 sua narrativa enquanto direito. Outro ponto que ela mencionou é que é preciso abrir mão da
456 perspectiva adultocêntrica para olhar para a infância e adolescência. Pois a infância e a adolescência

457 são um fim em si mesmas, não se pode utilizar a fase da infância e da adolescência como um meio
458 para a fase adulta. Conclui dizendo que se deve ter a perspectiva de que a criança e o adolescente
459 vivenciem a sua infância e a sua adolescência em plenitude e que deve haver uma desconstrução da
460 narrativa na defesa do direito da infância e da adolescência.

461 O Sr. Roberto Padilha Guimarães destacou que devem amadurecer o debate e que a necessidade de
462 capilarização é clara, independente da institucionalização ou não de comissões específicas.
463 Concordou que o Brasil de fato evoluiu para redução do trabalho infantil, mas que, ultimamente, o
464 ritmo está diminuindo, e para que se alcancem as metas de erradicação, deverá haver a
465 capilarização. Sugeriu que os membros pensem em soluções para avanço nesse aspecto para
466 discussões na próxima reunião.

467 A Sra. Katerina Volcov mencionou que o Fórum Nacional está elaborando um compilado dos planos
468 estaduais e que existe um projeto que vai recolher as informações existentes no estado com relação
469 aos planos estaduais. Explicou que vão apresentar um edital para contratar uma consultoria para
470 fazer esse levantamento, pois essa informação é primordial para saberem o que existe ou não nos
471 estados. Ainda não há previsão de entrega.

472 O Sr. Antonio Roberto Silva Pasin comentou que, pensando nesse diálogo tão importante das
473 políticas públicas e da importância desses dados para a construção do Plano na Comissão, ele fica
474 se questionando com relação à engenharia, à parte da alocação de recursos e quantos conselhos
475 municipais da criança e do adolescente possuem um diagnóstico do município sobre trabalho
476 infantil e sobre as ofertas de equipamentos e de serviços da rede socioassistencial. Mencionou que
477 não existe esse diagnóstico e que existe um fundo do município, Fundo dos Direitos da Criança e do
478 Adolescente e que essas informações são necessárias para orientar a alocação de recursos. Nessa
479 estrutura descentralizada, os conselhos municipais têm um papel importante para construir a
480 informação e conseguir estruturar essa engenharia de aproximação das pautas que são
481 fundamentais para os estados e municípios.

482 O Sr. Roberto Padilha Guimarães comentou que descer para os conselhos municipais é fundamental
483 e lembrou que os dados da PNAD são uma pesquisa por amostragem que inicia a faixa etária em
484 cinco anos, já o Censo, que desce aos municípios, inicia em dez anos, ou seja, uma parcela grande
485 fica fora.

486 A Sra. Ana Carla Costa Rocha informou que há um Prodoc com a OIT em que se verifica a incidência
487 do trabalho infantil, trabalho escravo, tráfico de pessoas no âmbito do sistema único de assistência
488 social, e que hoje foi encerrado o prazo para resposta e que houve uma participação de cem
489 por cento dos estados, o que foi ótimo. Ela espera que esses dados possam contribuir.

490 O Sr. Roberto Padilha Guimarães comentou que o primeiro ponto de pauta foi vencido, que há mais
491 dois pontos e que depois poderiam dar o intervalo e seguir para a apresentação sobre o sistema
492 Monitora. Enfatizou que não há um mapeamento das políticas públicas relacionadas ao combate ao
493 trabalho infantil. Conclamou que os seis Ministérios que compõem a Conaeti para apoiarem na
494 elaboração de um documento que contenha as políticas públicas relacionadas ao combate ao
495 trabalho infantil. Propõe que incluam a abrangência da política, como a população tem acesso e
496 buscarem uma divulgação dessa informação. Citou que muitos relatórios internacionais pedem as
497 políticas de combate ao trabalho infantil no Brasil, relatou que é relevante que conste no documento
498 também todas as iniciativas de combate ao trabalho infantil - programas, projetos, ações, trabalho
499 dos sindicatos, dos fóruns, das empresas. Mencionou ser importante que se incluam ações
500 concretas. Propôs que a Coordenação elabore um formulário para preenchimento pelos órgãos e
501 entidades que tratam do enfrentamento do trabalho na infância e que faça a compilação das
502 informações e assim terão um mapeamento das políticas no âmbito da Conaeti e que depois
503 buscarão as informações em outros ministérios.

504 A Sra. Luísa Carvalho Rodrigues indagou se os órgãos já não informaram as suas ações na avaliação
505 do III Plano.

506 O Sr. Roberto Padilha Guimarães respondeu que, no Plano, constam as ações concretas, mas que
507 ele propõe mapear as políticas que são desenvolvidas. Exemplificou, no âmbito do Ministério do
508 Trabalho, uma política que direciona a Inspeção do Trabalho para o combate ao trabalho infantil.
509 Logo, há meta, indicadores. Poderiam ser também programas, projetos.

510 A Sra. Katerina Volcov mencionou que ficou com a mesma dúvida da Sra. Luísa Carvalho Rodrigues
511 porque as políticas são as políticas que o governo faz. Por exemplo, no Fórum Nacional,
512 desenvolvem-se estudos que possibilitam a reflexão de como o Estado está lidando com as
513 questões. E indaga se seria estudo ou política ou ação.

514 O Sr. Roberto Padilha Guimarães respondeu que, do lado do governo, seriam as políticas. Mas, pelo
515 lado do Fórum e do MPT, ele acredita ser importante, por exemplo, a iniciativa da campanha
516 nacional, pois é uma questão relacionada à sensibilização. A nomenclatura, para ele, seria o de
517 menos. O mais importante seria compilar as políticas em relação aos seis Ministérios, pois não há
518 esse mapeamento. Em relação às demais instituições, ele acha que é importante mapear todas as
519 iniciativas. Hoje não há nada feito com relação a isso.

520 A Sra. Katerina Volcov comentou sobre um questionário que já havia sido enviado e que tinha muita
521 informação e indagou se as informações chegaram até o Sr. Roberto Padilha Guimarães.

522 O Sr. Roberto Padilha Guimarães respondeu que nem todos os ministérios encaminharam respostas.

523 A Sra. Katerina Volcov comentou que ali há muita informação.

524 O Sr. Roberto Padilha Guimarães mencionou que ali constam as ações presentes na matriz lógica do
525 III Plano Nacional e que é diferente da política que está sendo executada agora em 2024.

526 A Sra. Luísa Carvalho Rodrigues sugeriu que compilem as informações já obtidas e, a partir delas,
527 verificar o que está faltando, pois parece que serão as mesmas informações.

528 O Sr. Roberto Padilha Guimarães enfatizou que não seriam as mesmas informações. Exemplificou
529 com a Educação, que possui várias políticas novas. Comentou que podem avaliar, mas que o
530 principal mesmo seria obter as informações dos Ministérios.

531 A Sra. Ana Carla Costa Rocha mencionou que, no caso da Assistência Social, as políticas perpassam
532 desde a proteção social básica, não são somente as AEPETIs, são várias ações de enfrentamento
533 desde a proteção social básica.

534 O Sr. Roberto Padilha Guimarães comentou que a sua proposta seria a de fazer um mapeamento
535 das políticas hoje de combate ao trabalho infantil e que trouxe a ideia para saber o que demais
536 membros da Comissão pensam. Se todos aprovarem a ideia, na próxima reunião, ele trará um
537 formulário para deliberação do formato e do grau de profundidade que deverão dar às informações.
538 Ele pensa que, tal como a questão da capilaridade, não podem ficar sem o mapeamento das políticas
539 de combate ao trabalho infantil. Para ele, isso é diferente da matriz lógica do Plano, onde há ações
540 concretas, não há, por exemplo, a política da Educação denominada “Pé de Meia”. E sobre essa
541 política, ele disse não saber do que se trata, qual o público abrangido e qual a amplitude desse
542 programa e como o público o acessa. O ponto não é só mencionar a política, mas também o público
543 e como ele acessa.

544 O Sr. José Fernando da Silva afirmou que é importante saber o que será feito. Comentou que o “Pé
545 de Meia” não visa à erradicação do trabalho infantil. Ele é um programa que se destina a estudantes
546 do ensino médio e que alcança adolescentes mais próximos à fase adulta e funciona como garantia
547 de frequência à escola. É um incentivo ao estudo, mas que não enfrenta diretamente o trabalho
548 infantil. Comentou que o levantamento proposto é importante e que nele deveriam constar as ações
549 concretas, se há financiamento na lei orçamentária e o que será feito. Mencionou a importância dos
550 estudos e pesquisas e que o Prodoc do MDS com a OIT possui ótimas entregas. Concluiu dizendo
551 que a iniciativa é válida e que nela deveriam constar ação, financiamento, estudos e pesquisas,
552 processos de formação que possam contribuir para a política pública. Mencionou também que o
553 Conanda aprovou, no mês passado, uma Resolução da Política Nacional de Formação do Sistema de
554 Garantia de Direitos com escolas de conselhos estaduais, escolas socioeducativas e a plataforma
555 Endica onde os cursos serão ofertados.

556 O Sr. Erik Ferraz comentou sobre um projeto que ele implementa no Piauí sobre trabalho escravo e
557 que esse projeto iniciou na pandemia e que ele fazia diversas reuniões on-line para conhecer os
558 parceiros e, em um determinado momento, ele percebeu que alguns parceiros tinham atividades e
559 projetos muito semelhantes aos dele. Então, ele propôs a esses parceiros que juntem esforços, pois
560 ninguém está competindo com ninguém e que deveriam ser complementares em suas ações. No
561 final, conseguiram alcançar resultados que sozinhos não conseguiriam. Para ele, esse mapeamento
562 proposto é fundamental para identificarem pontos de intersecção que possam somar.

563 O Sr. Roberto Padilha Guimarães perguntou se há consenso quanto à sua proposta.

564 O Sr. Antônio José Albuquerque Neto Mancuzo disse que gostaria de fazer uma sugestão que tem a
565 ver um pouco com a pauta anterior: após esse diálogo com o IBGE, seria interessante constar, no
566 mapeamento, as informações de uma pesquisa importante que o IBGE também executa que é a
567 MUNIC (pesquisa de informações básicas municipais) e ESTADIC (pesquisa de informações básicas
568 estaduais), que traz um perfil de gestão dos municípios e dos estados. Pensar capilaridade das
569 políticas e programas e pensar aquelas que são estruturantes e estão em desenvolvimento seria
570 importante trazer dessa pesquisa do IBGE um bloco específico para trabalho infantil para que se
571 tenha um diagnóstico do que está acontecendo no âmbito dos territórios.

572 O Sr. Roberto Padilha Guimarães disse perfeito à fala do Sr. Antônio José Albuquerque Neto
573 Mancuzo e perguntou se há consenso com relação à sua sugestão de elaboração do formulário.
574 Explicou que farão um modelo que será primeiramente compartilhado no grupo para avaliação e
575 sugestões.

576 A Sra. Luísa Carvalho Rodrigues observou que, na hora de pensarem no formulário, considerar que,
577 na Comissão, há instituições diferentes, com composições distintas e exemplificou que há
578 instituições que possuem financiamento e há aspectos que não se aplicam ao MPT.

579 O Sr. Roberto Padilha Guimarães mencionou que podem fazer formulários diferentes, pois o
580 importante é conseguirem mapear as ações, as políticas e que depois que o documento estiver
581 pronto poderão até conversar com outros Ministérios.

582 O Sr. Erik Ferraz propôs fazer um mapeamento “dois em um” com as instituições que estão Brasil
583 afora como conselhos, fóruns. Isso já pensando na pauta anterior sobre comissões estaduais, pois
584 faltam informações sobre como, por exemplo, quais as vantagens e desvantagens de haver
585 comissões ou pode ser que haja estados que tenham comissão, fórum, conselho.

586 O Sr. Roberto Padilha Guimarães achou a ideia excelente e que poderiam pensar no seguinte: as
587 políticas seriam um ponto e as questões estruturantes, como diagnóstico estadual, seriam o outro
588 ponto. Poderiam pensar quais estados possuem comissões estaduais, plano, vigente ou não e

589 estados que estão trabalhando com diagnósticos sobre trabalho infantil. Exemplificou que o Rio
590 Grande do Sul possuía um diagnóstico estadual feito pelo “IBGE do Rio Grande do Sul” que, inclusive,
591 foi privatizado e vai encerrar o trabalho. Explicou que eles tinham uma pesquisa sobre trabalho
592 infantil com um índice todo próprio e isso nunca apareceu para o restante do país. Mencionou que
593 poderiam pensar em aspectos estruturantes como existência de comissão estadual, de plano e se
594 está ou não vigente, e estados que estão trabalhando um diagnóstico sobre trabalho infantil.

595 A Sra. Katerina Volcov propôs que, como será feito levantamento dos planos estaduais, daria para
596 incluir no formulário, que será uma pesquisa quanti-quali, a questão do diagnóstico.

597 O Sr. Roberto Padilha Guimarães perguntou sobre as comissões.

598 A Sra. Katerina Volcov respondeu que daria para colocar tudo isso, pois existem o plano, o
599 diagnóstico estadual, a comissão e o conselho. Daria para colocar tudo isso dentro da pesquisa.

600 O Sr. Erik Ferraz comentou que seria importante descobrir o que essas comissões, fóruns ou outros
601 entes fazem em relação ao combate ao trabalho infantil para que consigam tomar decisões sobre
602 qual a melhor forma de capilarizar. Objetivo número um: utilizando as capacidades funcionais que
603 já existem, ou seja, não criarão nada novo. Objetivo número dois: pegar essas capacidades
604 institucionais e, de alguma forma, convergir para que, somando e não concorrendo, consigam
605 alcançar outros patamares de capilarização, que é o objetivo desta Comissão.

606 A Sra. Katerina Volcov perguntou qual seria o segundo passo e o segundo produto.

607 O Sr. Erik Ferraz respondeu que o segundo passo seria: a partir do momento em que mapearam
608 quais são as comissões e fóruns, descobrir o que eles estão fazendo com relação ao combate ao
609 trabalho infantil, não no sentido de saber quais seriam as ações, mas quais seriam as diretrizes, os
610 eixos de atuação. Desta forma, as lacunas seriam preenchidas e conseguiriam avaliar, por exemplo,
611 se em um determinado estado será ou não necessária a existência de uma comissão. E, dadas as
612 diferenças existentes no país, haverá realidades muito diferentes entre si. Há lugares com trabalhos
613 muito amadurecidos, como o Rio Grande do Sul, e lugares em que provavelmente não haverá nada
614 ou está muito incipiente. Poderiam, com as práticas que já existem e que funcionam em uma
615 localidade, preencher as lacunas presentes em outra localidade. Sugeriu que, depois, quando forem
616 trabalhar, pois não há como trabalhar em todos os estados da federação simultaneamente, colher
617 os mais representativos e fazer um piloto, amadurecer, obter as boas práticas e os aprendizados e,
618 aos poucos, vão avançando para outros estados.

619 A Sra. Katerina Volcov comentou que, dentro do projeto que fizeram com relação ao monitoramento
620 dos planos estaduais, está contemplada uma parte de tudo isso que foi proposto. Explicou que farão
621 isso com os fóruns e que os pontos de partida serão os fóruns estaduais que estão estruturados e

622 funcionando. Quando tiverem essa pesquisa pronta, saberão quais são os estados em que é possível
623 trabalhar e fazer um piloto, mas ao mesmo tempo, todos os estados vão precisar fazer as suas ações
624 porque haverá um plano nacional que deverá repercutir dentro dos estados. Apesar de haver um
625 piloto, todos os estados precisarão se comprometer a fazer o seu plano ou revê-lo e criar a comissão
626 que pensará no plano estadual. Há estados que, de fato, têm um plano, outros, que estão em
627 processo. Soube de um estado que ficou dez anos com o plano parado e que foi retomado agora
628 pelo conselho estadual. Para ela, o IV Plano será um gatilho para fazer com que os estados consigam
629 desenvolver os seus próprios planos. Acredita que daqui a algum tempo conseguirão ter um
630 arcabouço de informações muito importante, pois estamos desenvolvendo pesquisas para qualificar
631 esse assunto.

632 A Sra. Ana Carla Costa Rocha comentou que acha importante trazer uma questão que já foi discutida
633 em outro momento e que é importante frisar talvez como princípios e diretrizes, que são as
634 pesquisas, pois já tiveram em momentos anteriores pesquisas afirmando e convergindo para a
635 perpetuação do trabalho infantil. Pesquisas que afirmam que se pode trabalhar antes dos catorze
636 anos. Tem que ficar claro que pesquisas contrárias aos direitos humanos deverão ser afastadas. Isso
637 deverá estar afirmado no plano.

638 O Sr. Roberto Padilha Guimarães concordou e disse que há a pesquisa do Fórum Nacional que a Sra.
639 Katerina Volcov comentou e que vai trazer esses novos elementos, há também o consenso de
640 trazerem o formulário para a questão das políticas e que todos poderão contribuir para sua
641 elaboração. Comentou que, em dez minutos, haverá a apresentação do Sr. Luís Fabiano de Assis e
642 propôs fazerem um pequeno intervalo.

643 Após o intervalo, o Sr. Roberto Padilha Guimarães retomou a reunião e desejou uma boa tarde ao
644 Sr. Luís Fabiano de Assis e disse que é uma satisfação tê-lo na reunião e agradeceu a sua presença
645 para apresentação do sistema Monitora, que é um sistema que a Comissão quer utilizar para o
646 monitoramento do Plano Nacional que está sendo elaborado. Explicou que a ideia é de que o Sr.
647 Luís Fabiano de Assis apresente o sistema para que todos possam conhecer, pois é um sistema muito
648 interessante com muitas funcionalidades e que, com certeza, será uma ferramenta muito
649 importante para a Comissão.

650 O Sr. Luís Fabiano de Assis saudou a todos e todas e comentou que fará uma apresentação rápida,
651 pois devem estar cansados da reunião. Explicou que o Monitora faz parte da iniciativa SmartLab,
652 que tem três grandes dimensões: 1. Observatórios; 2. Monitoramento de planos; e, 3. Coleta de
653 informações para fortalecer a assistência às vítimas de trabalho escravo ou quaisquer outros temas
654 relacionados a pessoas em situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho. Comentou que todos

655 já conhecem os Observatórios e que, no momento, estão passando por uma atualização do
656 Observatório de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e que, inclusive, algumas pessoas da
657 Comissão participaram do lançamento da atualização do ano passado, pois procuram manter a
658 plataforma atualizada. Em 2024, esperam que o IBGE consiga divulgar dados novos do Censo e que
659 muitos dos dados apurados foram relacionados a indicadores importantes para o combate ao
660 trabalho infantil e que a plataforma Monitora 8.7 possui esse nome por causa da ideia de trabalhar
661 com a meta 8.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, em prol da erradicação de
662 trabalhos forçados, da escravidão contemporânea, do tráfico de pessoas e trabalho infantil, ou seja,
663 da Agenda 2030, em que o trabalho infantil deveria ser erradicado até 2025. A Plataforma surgiu
664 com base na ideia de que a toda hora os governos prometem diversos planos, por exemplo, Carta
665 de Brasília, Carta de Belém, Carta de Buenos Aires, Carta de Paris etc. Contou que, em 2017, ele
666 esteve no Congresso Mundial contra o Trabalho Infantil em Buenos Aires e, no final desse congresso,
667 em que ele foi apresentar o Observatório, houve uma série de promessas de plenipotenciários
668 presentes de diferentes países como diplomatas, presidentes etc. a respeito da erradicação do
669 trabalho infantil. Ele contou que havia uma pessoa ao seu lado e que ele perguntou se ela havia
670 comparecido ao congresso anterior e que ela respondeu que sim e que havia sido o mesmo, ou seja,
671 muda governo e todo mundo promete de novo, muda presidência e todo mundo promete de novo
672 e surgem o primeiro plano, o segundo plano, o terceiro plano, o quarto plano e não se tem muito
673 controle do que foi ou não cumprido. Em seguida, ele indagou o que é uma política de erradicação
674 do trabalho infantil, do tráfico de pessoas ou do trabalho escravo? Há várias dimensões, eixos e
675 perguntas que buscam uma série de respostas e há uma série de ações programadas e, no âmbito
676 dessas ações programadas, muitas vezes, há muitas pessoas envolvidas que devem adotar essas
677 ações ou alocar determinados recursos. Então, com base nessa intuição de que a toda hora os
678 governos de âmbito regional, local, nacional ou internacional prometem algo, mas, na hora de
679 cumprir, não se mede ou pouco se mede, resolveram construir essa plataforma e mantê-la na
680 iniciativa SmartLab. Essa plataforma já vem monitorando alguns planos importantes como o II Plano
681 Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, o III Plano Nacional para o Enfrentamento ao Tráfico
682 de Pessoas, alguns planos de âmbito municipal, estadual, alguns planos de países vizinhos como do
683 Peru, do Paraguai e que tiveram uma reunião importante nessa semana com a OIT para discutir uma
684 expansão porque muitos países da América do Sul querem usar a plataforma, pois ela é livre para
685 uso gratuito. Comentou que traduziram a plataforma para o espanhol, então, ela já tem um alcance
686 além da língua portuguesa, e que a intuição de estender para o âmbito regional é que o Brasil é um
687 *hub* econômico importante e falar, por exemplo, em tráfico de pessoas no Brasil deve considerar

688 também o fato de que muitas pessoas que são traficadas aqui vêm de outros países e são exploradas
689 em situação de trabalho forçado etc. e vêm de outros países vizinhos, então, deve-se considerar
690 esse problema como um problema regional. E mencionou que também está falando de trabalho
691 infantil em uma das suas piores formas que é o trabalho forçado porque muitas vezes acontece de
692 estrangeiros menores serem resgatados no Brasil, crianças e adolescentes vindos de outros países.
693 Essa dimensão regional para o projeto é importante, apesar de ter foco prioritário para a situação
694 brasileira. Explicou que é muito simples usar a plataforma para visualizar e cadastrar os planos.
695 Exemplificou na tela com o Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo que possui 364
696 ações, o que significa que há 364 promessas do Plano. Nessas 364 ações, é preciso definir quem vai
697 fazer, quando vai fazer, como vai fazer, qual será o recurso alocado, em que âmbito, qual o
698 percentual mínimo que se espera que seja alcançado, se, por exemplo, uma instituição está
699 envolvida em 60 ações, qual será a sua prioridade, caso não consiga cumprir tudo? É preciso ter uma
700 escala de prioridades porque quando tudo é prioridade, nada é prioridade e esse é um dos
701 problemas dos planos. A ideia é quebrar os diferentes capítulos, eixos e dimensões do plano, como
702 no exemplo dado, há ações gerais, ações de enfrentamento e repressão, reinserção e prevenção,
703 informação e capacitação, repressão econômica e monitoramento legislativo. A avaliação que foi
704 realizada pela Conatrae mostrou que, das ações monitoradas, 15% não foram cumpridas, só 27%
705 foram cumpridas e 57,6% foram parcialmente cumpridas. E explicou que esse número não serve
706 para nada e que a ideia não é a de simplesmente trabalhar com percentuais agregados, mas saber,
707 por exemplo, em relação às ações de reinserção e prevenção, quais são as metas e indicadores
708 associados a essas metas. E exemplificou com o indicador “existência de mecanismos de priorização
709 de municípios de origem” que mostra que a ação não foi cumprida e há, na plataforma, a resposta
710 dos diferentes atores que estavam envolvidos no cumprimento desse plano. Ressaltou que o
711 interessante da plataforma é a transparência e comentou que há uma palavra na língua inglesa e
712 que, infelizmente, não há na língua portuguesa, o que é um problema, que é *accountability*, que
713 alguns traduzem como responsabilidade. Mas como se promove *accountability* e transparência de
714 um plano, de uma política pública? É preciso identificar as diferentes dimensões daquela política
715 pública, os atores envolvidos no cumprimento das metas, quais são as ações, o que deveria ser feito,
716 o que foi feito e o que não foi feito, quem foi omissos e quem agiu e quais são os motivos pelos quais
717 o que deveria ter sido feito, não foi feito. E, então, é preciso quebrar os motivos: os motivos são
718 alocações orçamentárias, de falta de pessoal? Assim, é possível criar uma visão bastante
719 minudenciada de onde estão as fraturas da política pública. No Brasil, há o costume de trabalhar
720 com números agregados e eles não servem para nada quando se trata de política pública. Disse que,

721 quando faz as apresentações nos observatórios, costuma dizer que no Brasil desde 1995 foram
722 resgatadas 60.000 pessoas em situação de escravidão contemporânea, esse número não serve para
723 nada. Quando diz que existem milhões de crianças em situação de trabalho infantil no Brasil ou que
724 existe meio milhão do quinto ao nono ano que respondem que trabalham fora de casa, muitas vezes,
725 em situações de piores formas de trabalho infantil, esse número também não serve para nada. Só
726 serve para chorar juntos a respeito de um problema que todos sabem que existe. Agora, se
727 desagrega esse número como quem é o responsável por essa política, o que está acontecendo, onde
728 está acontecendo mais e menos, qual estado deverá ser priorizado, quais municípios deverão ser
729 priorizados, quais regiões deverão ser priorizadas, onde falta dinheiro etc. aí se começa a discutir
730 política pública para além da retórica e daquele ciclo vicioso em que se renova promessa todo ano
731 ou todo governo ou a cada biênio ou a cada plano. Concluiu dizendo que a ideia do Monitora é a de
732 pegar a política pública como a de prevenção e erradicação do trabalho infantil e, para que ela tenha
733 um significado, ela precisa ser quebrada em diferentes componentes e, geralmente, esses
734 componentes vêm definidos em um plano de ação, como um plano nacional ou estadual. Comentou
735 que tiveram a felicidade de auxiliar o governo do Rio Grande do Sul recentemente a levantar
736 indicadores e que o estado usou muito o Observatório para reunir indicadores relevantes. Para
737 definir prioridades é preciso saber o que está acontecendo e onde. Comentou que poucas pessoas
738 prestam atenção, por exemplo, nos achados do Censo Agropecuário, que mostrou que em alguns
739 municípios do Brasil e o exemplo que mencionou está no Pará em que 10% da população é composta
740 por pessoas com menos de quatorze anos e que estão trabalhando em piores formas, inclusive, fora
741 da agricultura familiar. Logo, como orquestrar um plano para priorizar as situações mais graves que
742 já estão presentes e claramente visualizáveis e encontráveis em mapeamentos e indicadores
743 disponíveis? A ideia de um cadastramento de um plano nacional para erradicação do trabalho
744 infantil é a de todas as ações serem cadastradas, todos os responsáveis serem registrados e todos,
745 em um determinado momento, no momento do monitoramento, receberiam uma notificação para
746 responder dentro de um prazo. Observou que é preciso pensar também sobre quem seria o
747 responsável por disparar essas notificações, cadastrar o plano, pois o sistema é de fácil uso pelo
748 usuário, mas é preciso definir quem vai ser o responsável pelo cadastramento do plano, dos
749 indicadores, de todos os *stakeholders* envolvidos e responsáveis, os contatos e disparar as
750 notificações e gerenciar o ciclo de monitoramento do plano. Sobre a plataforma, em um
751 treinamento de dois ou três dias, os responsáveis já passam a dominar a ferramenta, pois não é de
752 difícil utilização. A facilidade de replicação está clara na quantidade de planos que já foram
753 cadastrados e que, com sucesso, vêm sendo monitorados por meio da plataforma. Finalizou dizendo

754 que está à disposição e que a Sra. Luísa Carvalho Rodrigues está na Comissão, a Coordinfância, os
755 parceiros como OIT e Ministério do Trabalho estão presentes e se colocou à disposição e que a
756 plataforma possa prestar esse serviço de alavancar o cumprimento dessa política que, para ele, é
757 uma das mais importantes ou a mais importante do mundo do trabalho e que transcende até o
758 mundo do trabalho, pois sabem o quanto o país sofre pelo quanto as crianças e adolescentes,
759 principalmente, as crianças sofrem com a situação do trabalho infantil. Agradeceu e disse estar
760 aberto a perguntas.

761 O Sr. Roberto Padilha Guimarães agradeceu, enalteceu a ferramenta, perguntou se alguém tem
762 alguma pergunta e questionou se público externo consegue acompanhar todo o monitoramento
763 dos planos ou se acompanha só os percentuais ou os resultados.

764 O Sr. Luís Fabiano de Assis respondeu que a ideia é que tudo fique absolutamente transparente e
765 que, quando se trata de um plano nacional, um programa estadual ou uma estratégia, por exemplo,
766 seja qual for o nome daquilo que se queira fazer, terá um conjunto de ações que o compõem e que
767 terão seus responsáveis e esses precisam dizer se a responsabilidade foi cumprida ou não e, se eles
768 não disserem, vai ficar claro que eles não responderam dentro do prazo. Logo, se eles são
769 responsáveis em determinado período por fazer “x”, “y” ou “z”, precisam dizer e, se não
770 responderem, vai constar na plataforma que foram notificados e não responderam. Isso é algo que
771 favorece o controle social e eventualmente, em um segundo ciclo, será possível perguntar
772 novamente com a observação de que não responderam a solicitação de informação. Observou que
773 nem sempre todos respondem e sempre há desculpas, mas, se é para prometer, faça. Se é para não
774 cumprir, revise o que prometeu. É esse mecanismo de transparência e controle social que querem
775 estimular, inclusive, com a divulgação de absolutamente todas as respostas.

776 A Sra. Luísa Carvalho Rodrigues agradeceu a contribuição do Sr. Luís Fabiano de Assis e disse ter uma
777 imensa admiração pelo seu trabalho e que ele é uma referência dentro do Ministério Público do
778 Trabalho e que o único adjetivo que o define é genial e que esse trabalho é extremamente
779 importante. Em seguida, disse que a Comissão está construindo o IV Plano Nacional de Prevenção e
780 Erradicação do Trabalho Infantil e que está em discussão o prazo do plano e o possível prazo para
781 revisão. Ela disse que não sabe se isso é uma realidade dentro dos outros planos de trabalho, mas
782 que gostaria de saber se, dentro do Monitora 8.7, é possível de alguma maneira utilizar um
783 monitoramento temporário ou parcial para que ele possa subsidiar um processo revisional.

784 O Sr. Luís Fabiano de Assis disse que a pergunta é ótima e agradeceu as observações da Sra. Luísa
785 Carvalho Rodrigues. Afirmou que seria possível pensar em algum mecanismo de consulta: usar a
786 plataforma para colher informações relevantes de diferentes atores. Explicou que a plataforma é

787 um mecanismo de disparada de notificações e de solicitação de informações para todos os atores
788 relevantes para aquela temática e que precisam de um documento estruturado que respeite um
789 padrão como qual a pergunta a ser feita, a quem e a respeito de que eixo, de que dimensão. Sugeri
790 que, eventualmente, na construção de um plano, poderiam desenvolver uma pesquisa ou um
791 *survey*, ou seja, algo que possa subministrar informações para o fechamento do plano para organizar
792 melhor as informações e que, de qualquer forma, para usar a ferramenta, o ideal é que já haja algo
793 estruturado em relação ao que se vai perguntar, pois é uma ferramenta de coleta de dados,
794 portanto, é preciso saber que dados se quer coletar.

795 O Sr. José Fernando da Silva parabenizou o Sr. Luís Fabiano de Assis pela apresentação e disse que
796 é uma ferramenta muito útil e solicitou *link* da plataforma.

797 O Sr. Luís Fabiano de Assis disse que o *link* é: <https://www.monitora87.org>.

798 O Sr. José Fernando da Silva comentou que foi muito bom terem trazido esse tema hoje porque
799 podem já pensar em um desenho do plano que envolva o seu monitoramento como o prazo, a
800 responsabilidade. Por esse motivo, achou importante obter o *link* do *site* para entender essa
801 experiência que já está lá visualizada e que poderá ajudar muito a Comissão no desenho do plano.

802 O Sr. Luís Fabiano de Assis comentou que, na plataforma, estão começando a cadastrar o Plano do
803 Paraguai para fins de monitoramento. Ele mostrou a tela com o Plano e explicou que há a descrição
804 do Plano Nacional e os eixos que são monitorados como “identificação do risco”, “atenção e
805 reinserção de meninos e meninas vitimizados pro trabalho infantil”, “fortalecimento do núcleo
806 familiar”, “sensibilização da sociedade” etc. Explicou que, se pensarem em uma política ou em uma
807 estratégia ou em um plano, por exemplo, no caso do trabalho escravo, trabalham no geral com
808 prevenção, com repressão, com atenção às vítimas e com parcerias e verificam se há algum subeixo
809 dentro da prevenção e cada subeixo poderá ter um conjunto de ações, ou seja, essa árvore de
810 prioridades pode ser mais ou menos detalhada.

811 O Sr. José Fernando da Silva comentou que seria útil para monitorarem as emendas parlamentares
812 e que há uma diversidade delas, que envolve vários ministérios, e que precisam ser acompanhadas,
813 pois somam um volume significativo do orçamento federal e é preciso saber qual o impacto na vida
814 das pessoas que essas emendas geram.

815 A Sra. Katerina Volcov elogiou o SmartLab, disse ser fã e que procura sempre divulgá-lo. Parabenizou
816 o Sr. Luís Fabiano de Assis e o Sr. Ribeiro da OIT que trabalham juntos na plataforma. Disse achar
817 sensacional as informações que ela obtém ao consultar um determinado município na plataforma.
818 Afirmou ficar pensando nas informações que chegam e perguntou se o Monitora 8.7 pega as
819 respostas que são enviadas e coloca isso de modo transparente, organizando por categorias e

820 disponibilizando os dados para consulta. Se for isso, ele é somente isso ou ele faz uma análise, pois
821 uma coisa é a compilação das respostas, outra coisa é uma análise qualitativa daquelas informações
822 que estão sendo prestadas. Perguntou quem faz essa análise no Monitora 8.7.

823 O Sr. Luís Fabiano de Assis respondeu que o gestor faz essa análise e que ele precisa fazer análise.
824 Exemplificou com as ações de monitoramento legislativo em que há o plano, o que ele envolve e
825 uma série de propostas legislativas. O gestor irá verificar se houve desenvolvimento de ações e quais
826 foram. Por exemplo, ações de modificação de leis, aumento de pena ou mudança de um dispositivo
827 legal, o gestor verificará o que foi feito e seguirá com recomendações que servirão como subsídio
828 para revisão do plano. Observou que todo plano acaba permitindo um avanço incremental em
829 relação à situação anterior. Só que, para saber o tamanho do incremento, é preciso saber o que
830 mudou. Por isso, é importante que o gestor da política use a ferramenta para disparar coleta de
831 informações, pois sem dados, não existe política pública e sem análise desses dados, não existe
832 informação relevante para tomada de decisão para evolução ou revisão da política pública. Elogiou
833 a pergunta da Sra. Katerina Volcov e disse que eles não fazem uma análise direta, mas esperam que
834 o gestor use a plataforma e divulgue a conclusão. Em seguida, a título de exemplo, projetou na tela
835 o que foi feito no II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.

836 A Sra. Katerina Volcov perguntou se quando o Sr. Luís Fabiano de Assis se refere a gestor seria o
837 gestor de cada área da política que vai informar ou é o gestor que recebe essas informações e
838 exemplificou dizendo que o Sr. Roberto é o coordenador da Conaeti e que a Conaeti dispara os
839 questionários, as informações para incluir os dados no Monitora e perguntou se quem vai fazer essa
840 análise é o Sr. Roberto ou o gestor, por exemplo, a Sra. Ana Carla do MDS que fará a análise dos
841 dados relativos às ações do MDS.

842 O Sr. Luís Fabiano de Assis respondeu que o ideal é que quem faça a análise dos resultados dos
843 dados coletados das perguntas que foram encaminhadas a diferentes atores e responsáveis seja o
844 gestor mais próximo daquele eixo e voltou para o exemplo que havia mencionado: “eixo informação
845 e capacitação” do II Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e disse que quanto maior
846 a proximidade do gestor, que é quem está cuidando daquele conjunto de ações, melhor. Ressaltou
847 que é preciso haver uma estrutura institucional mínima para que esse plano tenha um “dono”,
848 alguém que zele por aquela implementação do ponto de vista da cobrança de todos aqueles que
849 prometeram fazer alguma coisa. Ou seja, quanto mais *high level*, mais distante estará da pasta
850 específica que cuida daquela ação, menos informações haverá. Ressaltou que é importante que a
851 pessoa, que irá analisar o cumprimento ou não, conheça o tema a respeito do qual os dados estão
852 sendo coletados para poder fazer uma análise que contribua efetivamente para o avanço do plano.

853 Exemplificou sobre ações de repressão presente no plano e comentou que a pessoa que é
854 especializada naquelas informações sobre repressão não terá as mesmas condições de análise que
855 um especialista em assistência social teria para examinar os dados que vieram a respeito das ações
856 de assistência social. Concluiu que quanto mais séria for uma política pública, maior será a
857 especialização e que não precisa ser exagerada, mas terá que ser um pouco mais granular do que a
858 mera referência a uma política de erradicação do trabalho infantil, a qual abstratamente falando,
859 não é nada, é preciso, então “quebrar” em pedaços e especializar o monitoramento e a análise das
860 informações que são coletadas de acordo com a expertise de gestores específicos. Em seguida
861 perguntou se ficou claro.

862 A Sra. Katerina Volcov respondeu que sim e agradeceu.

863 A Sra. Ana Carla Costa Rocha agradeceu a disponibilidade do Sr. Luís Fabiano de Assis, parabenizou-
864 o pelo trabalho e perguntou se é passível de modificações os critérios colocados na plataforma.

865 O Sr. Luís Fabiano de Assis respondeu que a plataforma é extremamente flexível e que o plano tal
866 como for desenhado, será estruturado na plataforma para disseminar o processo de coleta de
867 informações. Explicou que, até agora, não precisaram fazer qualquer alteração e que trabalham com
868 planos e programas estaduais, municipais, nacionais e de outros países e que a plataforma é
869 maleável o suficiente para se adaptar a diferentes necessidades. Mencionou que há estados que
870 não são federais, pois não trabalham só com federações e ainda assim tem funcionado, inclusive,
871 para monitorar ações em âmbito da Iniciativa Regional da OIT. O sistema é maleável o suficiente para
872 que, no momento de cadastramento do plano, seja possível modular ou adaptar às especificidades
873 da agenda da política pública específica e do seu âmbito, quer seja local, regional ou nacional.

874 O Sr. Roberto Padilha Guimarães perguntou se há questionamentos por alguém que está on-line.
875 Como não houve manifestações, agradeceu ao Sr. Luís Fabiano de Assis pelas contribuições feitas e
876 pela explanação primordial da plataforma. Comentou que a ferramenta torna um plano que seria
877 uma declaração de ações em uma questão efetiva e que busca da Conaeti é de realmente elaborar
878 o IV Plano Nacional para que seja efetivo. Finalizou agradecendo mais uma vez pela disponibilidade.

879 O Sr. Luís Fabiano de Assis se colocou à disposição e comentou que a sua colega, a Sra. Luísa Carvalho
880 Rodrigues, poderá articular com o grupo os próximos passos para que possam ajudar a construir o
881 plano e a coletar as informações relevantes, caso assim decidam. Ressaltou também sobre os
882 representantes da OIT presentes e voltou a se colocar à disposição e agradeceu a oportunidade.

883 O Sr. Roberto Padilha Guimarães comentou que venceram a pauta do dia, que foi um dia bem
884 produtivo e que foi possível debater vários pontos, houve a apresentação da plataforma e que
885 acredita que seja uma ferramenta que dará uma maior efetividade e que o objetivo é exatamente

886 esse: que o plano não seja aquele conjunto de ações colocadas sem qualquer efetividade. Perguntou
887 se há questões. Como não houve manifestações, deu por encerrada a reunião e agradeceu a
888 presença de todos.